

[ARTIGO]

**DO FORMAR MÃO DE OBRA AO
FORMAR EMPREENDEDOR:
A INFLUÊNCIA NEOLIBERAL NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO CEARÁ**

Francisco Thalvanys Marques Duarte¹
Lenina Lopes Soares Silva²

RESUMO

A educação profissional está presente no Brasil desde o período Colonial, mas, recentemente ganhou destaque e incentivo como política pública educacional, no estado do Ceará. Esta política foi implantada com força e está imbuída de interesses do mercado de trabalho. Tal percepção se faz relevante neste trabalho cujo objetivo é compreender a estrutura da educação profissional na rede educacional do Ceará. Assim, tomou-se como metodologia uma abordagem quali-quantitativa estruturada por uma revisão bibliográfica com aportes teóricos da educação profissional tanto no Brasil como no Ceará e um levantamento de dados acerca do desenvolvimento da educação profissional na rede educacional cearense obtidos na Secretaria da Educação do Ceará (Seduc-CE). Desta forma, o trabalho traz conclusões pertinentes acerca desta temática relacionada ao cumprimento da agenda capitalista neoliberal.

Palavras-chave: Educação Profissional, Política Pública Educacional, Capitalismo, Neoliberalismo, Ceará.

FROM TRAINING LABOR TO TRAINING ENTREPRENEURS: THE NEOLIBERAL INFLUENCE ON PROFESSIONAL EDUCATION IN CEARÁ

ABSTRACT

Professional education has been present in Brazil since the Colonial period but has recently gained prominence and encouragement as an educational public policy in the state of Ceará. This policy has been implemented with force and is imbued with the interests of the labor market. Such perception is relevant in this work, whose objective is to understand the structure of professional education in the educational network of Ceará. Thus, a qualitative-quantitative approach was taken as a methodology, structured by a bibliographic review with theoretical contributions of professional education both in Brazil and in Ceará and a survey of data about the development of professional education in the educational network of Ceará obtained from the Department of Education of Ceará (Seduc-CE). In this way, the

¹ Docente do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: thalvanysmarques5@gmail.com

² Docente do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: lenina.lopes@ifrn.edu.br

work brings pertinent conclusions about this theme related to the fulfillment of the neoliberal capitalist agenda.

Keywords: Professional Education, Public Educational Policy, Capitalism, Neoliberalism, Ceará.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a Educação Profissional (EP) é apontada como uma educação ideal para nosso país, mas será que de fato é? Como a EP pode trazer qualidade para educação para todo Brasil? No que ela repercute? No que ela pode incidir de benéfico para sociedade? Saviani (2008) afirma que o Brasil estabeleceu um projeto educacional dual: ora atendendo demandas do mercado, ora trazendo um viés progressista em busca de um desenvolvimento social. Tal dualidade é prejudicial, pois não há uma linearidade, o que deveria trazer uma estruturação, traz uma desestruturação.

Desta forma, a EP emerge com importância, pois a modalidade em si traz uma difusão de atuação com base no artigo 39 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Brasil, 1996) em que coloca a ação da Educação Profissional nas seguintes vertentes: na educação básica de nível médio seja de forma integrada (o ensino propedêutico e o ensino profissionalizante em um só currículo); de forma concomitante (o ensino propedêutico e o ensino profissionalizante em atuações distintas e em currículos separados); na forma subsequente que ocorre após a conclusão do nível médio, na educação superior em cursos de formação tecnólogos e mais recentemente em conjunto com as modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação à Distância (EaD).

Ademais, a EP tem sua formação planejada para o mercado de trabalho, formando pessoas com capacitação de aptidões para um viés produtivo. Isto implica em uma visão da EP como estratégia para a entrada mais rápida no mercado de trabalho. Tem-se esta estratégia para formar mão de obra sem formação humana integral ou quando se tem é irrisória e pouco aprofundada. Assim, torna-se de interesse do mercado as demandas de uma EP que se volta à instrumentalização do trabalho de forma minimamente eficiente em detrimento de um saber humano, pensante e crítico. Logo, a EP é uma implicadora de um ponto da dualidade trazida por Saviani (2008).

Já o outro ponto desta dualidade a EP é condizente à primeira vista, mas não realmente. Em um dos episódios do programa Altas Horas, da TV Globo, o rapper MV Bill é perguntado sobre as cotas raciais e em um ponto de sua fala conta um ponto instigante: “minha mãe esboçava um sorriso muito maior quando eu chegava em casa com um dinheiro que arrumava na feira, tomando conta de carro, vendia jornal do que quando eu mostrava meu boletim com boas

notas para ela”³. Este relato mostra uma realidade da sociedade brasileira em que o pobre necessitado prioriza mais o dinheiro em busca de melhor sustento do que a educação formal, uma vez que, o pobre não pode esperar os retornos de uma educação mais qualificada para se sustentar.

Desse modo, a EP como política pública de ingresso mais rápido no mercado de trabalho é demandada por e para pessoas mais pobres para atender suas necessidades socioeconômicas. Assim, cria-se uma “maquiagem” de progresso por meio da educação já que se forma uma mão de obra minimamente qualificada em atendimento não só às necessidades da própria pessoa, mas também do mercado levando a uma economia aquecida como números de postos de trabalhos atendidos. Sendo assim, exprime-se a forma dual com a premissa de que a EP incide para “atender” esta dualidade que está sobre a educação brasileira.

A partir desta reflexão como base nesta introdução, aborda-se a Educação Profissional de forma geral no Brasil relacionado com uma realidade social presente no país. Este trabalho objetiva compreender a estruturação desta modalidade educacional na rede educacional do estado do Ceará uma vez que, o estado vem apresentando grande incentivo à EP, e esta está inserida no contexto abordado que deu suporte a esta introdução.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que diz respeito à metodologia, tem-se em duas vertentes principais que se dará em uma primeira abordagem quali-quantitativa na qual se possa fazer a relação entre conceitos e trechos obtidos de obras de autores pertinentes a partir de uma revisão bibliográfica, a segunda com os dados quantificados e devidamente tratados.

Em primeiro, far-se-á uma revisão bibliográfica referente à temática de EP tanto no Brasil como no Ceará para se dar uma devida contextualização e a identificação da materialização de da inserção da modalidade educacional no país, e principalmente, no estado. Esta etapa atende a uma abordagem qualitativa.

As obras serão pesquisadas por meio de plataformas como Google Acadêmico, Oasisbr e o Portal de Periódicos Capes além de outras páginas como de revistas científicas, periódicos e acervos bibliográficas online de bibliotecas universitárias e demais instituições de ensino superior, documentos do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria da Educação do Ceará (Seduc-CE) usando as palavras chaves “educação profissional no Brasil”, “educação profissional no Ceará”, “escolas profissionalizantes do Ceará”.

³ Informação vernal obtida em MV Bill no Altas Horas / Cotas Raciais (2008) [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (8 min 33 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YNdNJRBDt4>

Já a natureza quantitativa dar-se-á em uma coleta de dados junto aos órgãos e demais fontes confiáveis a fim de demonstrar os dados devidamente tratados por meio de mapas, tabelas e quadros por finalidade de melhor compreensão, para assim, fazer uma relação e discussão com os resultados oriundos da abordagem qualitativa, desta forma, pautando-se uma abordagem quali-quantitativa.

O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E NO CEARÁ: UMA VIA TEÓRICA CONCOMITANTE À HISTÓRIA

Iniciamos citando Alencar quando assevera que:

O intenso contexto de transformações oriundo do processo de globalização, de internacionalização de capitais e da incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação exige profissionais cada vez mais capacitados para inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, o Estado, a sociedade e o setor empresarial devem estar comprometidos com as causas educacionais e com o estabelecimento de parcerias para o financiamento de ações de formação profissional para o trabalho (Alencar, 2015, p. 15).

A citação aborda a EP influenciada sob uma pauta econômica global que se fortalece por meio de avanços tecnológicos dando eficiência em fluxos de mercadorias e informações. Desta forma, percebe-se como o capitalismo enquanto sistema socioeconômico permeia o cotidiano da sociedade, especialmente da educação.

A educação possui diversas frentes em grandes níveis de atuação a partir de suas várias vertentes, mas a EP tem um destaque maior, pois esta vertente forma indivíduos para exercícios de atividades laborais práticas e técnicas em detrimento de uma formação intelectual, embora, isto não seja o mais adequado.

Diante disso, a partir dos anos de 1990 a EP vem ganhando maior destaque, pois foi neste período que o capitalismo se reinventou via agenda denominada neoliberal. Harvey (2008) explica que o neoliberalismo é uma teoria político-econômica que defende liberdades e capacidades empreendedoras como o bem-estar humano a partir de direitos sólidos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. Em contrapartida, o Estado tem restrições em sua atuação social dando a garantia da qualidade e integridade do dinheiro, ou seja, o Estado também passaria a ter uma função voltada ao capitalismo.

Nesta visão neoliberal, voltada principalmente para a pauta econômica, por parte do Estado, a educação também seguirá por esta visão. No Brasil, não foi diferente, pois seguiu uma agenda de tendência mundial em conformidade a isto a partir

do estabelecimento das diretrizes do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), iniciativa baseada no compromisso do Brasil com as decisões da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien,

Tailândia, em 1990, sob os auspícios de três agências do sistema ONU e do Banco Mundial (BID). A elaboração do plano foi coordenada pelo Ministério da Educação (MEC) e contou com a participação dos entes federados, de entidades governamentais e não-governamentais (Alencar, 2015, p. 15).

Apesar do grande rito em que se priorizou a política da EP no Brasil, esta vertente educacional já teria suas origens bem antes. Segundo Manfredi (2002), a origem da EP se dava por uma transferência de saberes baseada na observação e na prática que resultavam em conhecimentos e técnicas de fabricação de objetos, sofisticação de ferramentas, instrumentos de caça, defesa e demais artefatos que tinham por objetivo a facilitação do cotidiano. No Brasil Colônia se estabeleceu a absurda mão de obra escrava que se vinculava a EP, pois esta foi categorizada como “forma de ensino destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais” (Fonseca, 1961, p. 68).

Fonseca (1961) explana que a EP teve essa visão depreciativa por fatores envolvidos em trabalhos pesados e manuais desenvolvidos por escravos e que, por outro lado, a educação intelectual que os jesuítas ministravam aos filhos dos colonos brancos e da burguesia os afastava de tarefas manuais e que exigissem esforços físicos. Tal visão ainda se faz presente até nos dias hoje.

Não obstante, a EP no Brasil começa a ser uma política a partir do século XX por meio de ações institucionais do Estado, porém, mesmo com esta evolução, a visão sobre esta vertente educacional ainda se mantém confusa. Para Alencar,

As bases históricas para a concepção da Educação Profissional no país sempre estiveram associadas ao mundo do trabalho. Desde o período colonial, a educação profissional tem se configurado como uma alternativa para a preparação de mão de obra qualificada para o desempenho de funções na sociedade (Alencar, 2015, p. 21).

A despeito da política de EP no Brasil sob uma visão depreciativa de formação de mão obra manual, ela se institucionaliza a partir de um cenário de necessidade para se estimular a industrialização, principalmente quando produtos industrializados importados tiveram escassez em decorrência da 1ª Guerra Mundial. Embora algumas políticas para esta área foram feitas ainda no Império, foi na República que deu o ponta pé mais importante com o Decreto nº 7.566 de 1909 que determinou a criação das Escolas de Aprendizes Artífices” destinadas ao Ensino Profissional, primário e gratuito. O quadro 1 demonstra detalhes do histórico da Educação Profissional no Brasil.

Quadro 1 – Histórico da Educação Profissional no Brasil como política de Estado

Ano	Conteúdo acerca da Educação Profissional no Brasil
1808	Atendimento à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal a partir da Chegada da Família Real.

1809	Criação do Colégio das Fábricas.
1906	Criação de quatro escolas profissionais no Rio de Janeiro: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul. As três primeiras foram criadas para o ensino de ofícios e a última para aprendizagem agrícola por meio do Decreto nº 787.
1909	Criação de dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices” destinadas ao Ensino Profissional, primário e gratuito por meio do Decreto nº 7.566 para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista em relação à massa trabalhadora sendo o ensino encarregado pelo Ministério de Indústria e Comércio.
1927	Oferecimento obrigatório do Ensino Profissional no país por meio do Projeto de Fidélis Reis.
1930	Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública que estruturou a Inspetoria do Ensino Profissional e Técnico que passou a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices além da instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da Industrialização do Brasil). A partir da década de 1930, o ensino profissional se expandiu no Brasil, incluindo, em seu público-alvo ricos e pobres.
1931	Organização do Ensino Profissional Comercial por meio do Decreto nº 20.158.
1934	Criação da Superintendência do Ensino Profissional.
1937	Com a nova Constituição do Estado Novo, a carta magna faz menções às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever de Estado em uma política colaborativa entre o Estado, as indústrias e os sindicatos econômicos e por meio da Lei nº 378 se deu a transformação das Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao Ensino Profissional, de todos os ramos e graus.
1941	O ensino Profissional passou a ser considerado de Nível Médio iniciada por uma série de Leis conhecidas como “Reforma Capanema”
1942	Transformação das Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas; Estruturação do Ensino Industrial pelo Decreto-Lei 4.073 Criação do Sistema S (Senai, em primeiro, Sesi, Senac e Sesc) por meio do Decreto-Lei 4.048.
1959	Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais pelo Decreto 47.038.

1971	Lei que torna, de maneira compulsória, técnico profissional, todo currículo do segundo grau por meio da Lei nº 5.692.
1978	Criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, nos estados do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro por meio da Lei nº 6.545.
1994	Disposição sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs por meio da Lei nº 8.948.
1996	Disposição sobre a Educação Profissional em capítulo inteiro separado da Educação Básica e define o sistema de certificação profissional inserido numa modalidade da educação instituída na nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a Lei nº 9.394.
1997	Criação do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP por meio do decreto 2.208.
2004	Surgimento da Integração do Ensino Técnico de Nível Médio ao Ensino Médio por meio do Decreto nº 5.154.
2005	Origem da Primeira Fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica por meio da Lei nº 11.195.
2006	Disposição sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino por meio do Decreto 5.573.
	Institucionalização do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA com o Ensino Fundamental, Médio e Educação Indígena em âmbito federal por meio do Decreto 5.840.
2007	Institucionalização do programa Brasil Profissionalizado por meio do Decreto 6.302.
2008	Institucionalização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia por meio da Lei 11.892.
2011	Institucionalização o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC por meio da Lei 12.513.

Elaborado pelo autor com base em Medeiros Neta, Lima, Barbosa e Nascimento (2018); Wittcczik (2008) e Alencar (2015).

O histórico da Educação Profissional no Brasil enquanto política de educação é necessário para compreender a inserção da modalidade no Ceará que se inicia em 2007 por meio do Programa Brasil Profissionalizado do Ministério da Educação (MEC) cujo “objetivo de fortalecer a Rede Pública de Educação Profissional e Tecnológica dos estados e do Distrito Federal, visando à ampliação e qualificação da oferta de vagas e cursos” (Alencar, 2015, p. 33). Para esse autor,

[...] Essa ação possibilitou a modernização, a expansão (bem como a implantação, no caso de unidades da federação em que não existiam) de escolas técnicas públicas e também o desenvolvimento de iniciativas voltadas à implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujo objetivo é integrar o conhecimento do Ensino Médio à prática profissional. Obras de infraestrutura, projetos e ações para desenvolver a gestão e para aperfeiçoar as práticas pedagógicas e a formação dos professores foram financiadas com recursos de cerca de R\$ 1,8 bilhão, transferidos aos estados por convênio. (Alencar, 2015, p. 33).

Em âmbito estadual, quem iniciou a política da rede escolar profissionalizante no Ceará foi o Governador Cid Gomes (2007-2014) por meio de verbas oriundas do programa anteriormente citado do MEC. Inicialmente, em 2008, foram construídas 25 Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) e até atualmente, passando pela gestão do Governador Camilo Santana (2014-2022) – atual Ministro da Educação –, e pelo atual Governador Elmano de Freitas – no cargo desde 2023 –, estão em funcionamento 131 EEEPs difundidas ao longo de 103 dos 184 municípios do estado (CEARÁ, 2025).

Conforme a Secretaria da Educação do Ceará (Seduc-CE), as EEEPs têm por “estratégia central foi integrar o Ensino Médio à formação profissional de nível técnico, oferecendo educação em tempo integral aos jovens cearenses”, além de que o “modelo integrado possibilita a centenas de alunos a qualificação para ingressar no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que são habilitados a concorrer a uma vaga na universidade” (CEARÁ, 2025).

Diante da política educacional promissora, segundo a Seduc-CE, o Governo do Ceará investiu ainda mais nos últimos anos, o quadro 2 ajuda a demonstrar a evolução desta política desde o ano de inserção até o ano de 2018⁴.

Quadro 2 – Evolução da Política de Educação Profissional na Rede Estadual do Ceará

⁴ Não foram disponibilizados estes dados de anos mais recentes nesta série histórica pela fonte.

o	An	EEEP	Município	Curso	Númer
s	s	s	s	s oferecidos	de
				pelas EEEPs	Matrículas
8	200	25	20	4	4.181
9	200	51	39	13	11.349
0	201	59	42	18	17.481
1	201	77	57	43	23.916
2	201	92	71	51	29.885
3	201	97	74	51	35.981
4	201	106	82	53	40.897
5	201	111	88	52	44.069
6	201	115	90	53	48.089
7	201	116	91	53	49.894
8	201	119	95	52	52.571

Fonte: elaborado pelo autor com informações de Ceará (2025).

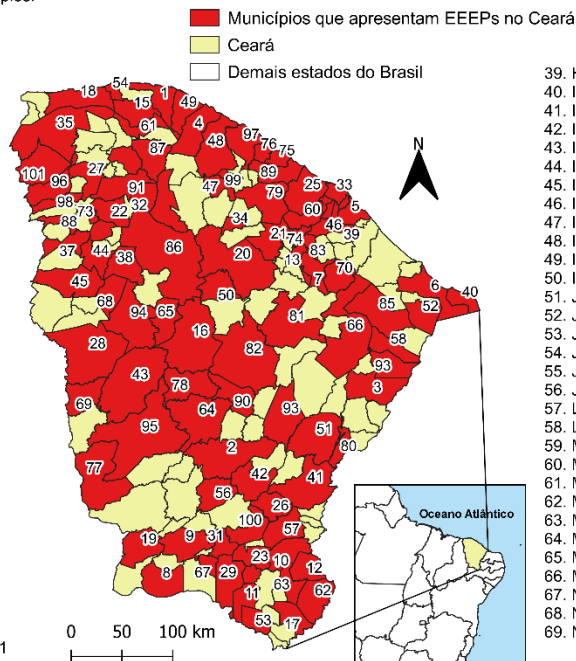
Em 2025, as EEEPs estão presentes em 101 dos 184 municípios do estado do Ceará (Figura 1), correspondendo em torno de 54%, isto é, acima da metade (CEARÁ, 2025).

Figura 1 – Mapa da Presença das EEEPs no Estado do Ceará.

Presença das EEEPs no Estado do Ceará

Quantidade por Municípios:

1. Acaraú: 1
2. Acopiara: 1
3. Alto Santo: 1
4. Amontada: 1
5. Aquiraz: 1
6. Aracati: 1
7. Aracoiaba: 1
8. Araripe: 1
9. Assaré: 1
10. Aurora: 1
11. Barbalha: 1
12. Barro: 1
13. Baturité: 1
14. Beberibe: 1
15. Bela Cruz: 1
16. Boa Viagem: 1
17. Brejo Santo: 1
18. Camocim: 1
19. Campos Sales: 1
20. Canindé: 1
21. Caridade: 1
22. Cariré: 1
23. Caririçu: 1
24. Cascavel: 1
25. Caucaia: 2
26. Cedro: 1
27. Coreaú: 1
28. Crateús: 1
29. Crato: 2
30. Eusébio: 1
31. Farias Brito: 1
32. Forquilha: 1
33. Fortaleza: 21
34. General Sampaio: 1
35. Granja: 2
36. Guaiúba: 1
37. Guaraciaba do Norte: 1
38. Hidrolândia: 1



39. Horizonte: 1
40. Icapuí: 1
41. Icó: 1
42. Iguatu: 2
43. Independência: 1
44. Ipu: 1
45. Ipueiras: 1
46. Itaitinga: 2
47. Itapagé: 1
48. Itapipoca: 1
49. Itarema: 1
50. Itatira: 1
51. Jaguaribe: 1
52. Jaguaruana: 1
53. Jardim: 1
54. Jijoca de Jericoacoara: 1
55. Juazeiro do Norte: 3
56. Jucás: 1
57. Lavras da Mangabeira: 1
58. Limoeiro do Norte: 1
59. Maracanaú: 2
60. Maranguape: 1
61. Marco: 1
62. Mauriti: 1
63. Milagres: 1
64. Mombaça: 1
65. Monsenhor Tabosa: 1
66. Morada Nova: 1
67. Nova Olinda: 1
68. Nova Russas: 1
69. Novo Oriente: 1
70. Ocara: 1
71. Pacatuba: 2
72. Pacajus: 1
73. Pacujá: 1
74. Palmácia: 1
75. Paracuru: 1
76. Paraipaba: 2
77. Parambu: 1
78. Pedra Branca: 1
79. Pentecoste: 1
80. Pereiro: 1
81. Quixadá: 1
82. Quixeramobim: 1
83. Redenção: 1
84. Reriutaba: 1
85. Russas: 1
86. Santa Quitéria: 1
87. Santana do Acaraú: 1
88. São Benedito: 1
89. São Gonçalo do Amarante: 2
90. Senador Pompeu: 1
91. Sobral: 3
92. Solonópole: 1
93. Tabuleiro do Norte: 1
94. Tamboril: 1
95. Tauá: 1
96. Tianguá: 1
97. Trairi: 1
98. Ubajara: 1
99. Uruburetama: 1
100. Várzea Alegre: 1
101. Viçosa do Ceará: 1

Responsável: DUARTE, Thalvany | Projeção: UTM | Datum: Sirgas 2000 24 S. | Fontes: IBGE (2019; IPECE (2019); Seduc-CE (2025).

Fonte: elaborado pelo autor com informações de Ceará (2025).

Observa-se que, a política de educação profissional a nível estadual no Ceará vem se tornando crescente desde a sua implementação o que a consolida na rede de educação do próprio estado alicerçado por outras políticas públicas de incentivo, destacando-se o Brasil Profissionalizado.

À vista disto, faz-se necessário analisar a importância da educação profissional cearense, bem como no que ela acarreta e para quem ela se torna interessante, pois por ser uma política pública de educação há uma articulação do próprio Estado, e geralmente a figura estatal atende interesses de grupos sociais, muitas vezes, da elite.

Com base nisso, é preciso se ater as mudanças do Estado em articulação com o capitalismo neoliberal que culminou no incentivo à educação profissional. Antunes (2009) explica que para se compreender esta relação é preciso entender o que foi a crise econômica ocorrida nos anos 1970 em que vigorou um processo de reordenação do capital bem como sua ideologia que levou ao advento do neoliberalismo sendo efetivada pela privatização do Estado, reformas de leis trabalhistas e desmonte do setor produtivo.

Comumente denominada de reestruturação produtiva, ocorreu a partir da valorização do modelo de acumulação flexível em detrimento da acumulação taylorista/fordista. Tal aplicação prioriza o alto lucro ao capitalista sem que haja

um aumento na contratação de trabalhadores que se torna viável por meio de investimento em tecnologia no meio de produção e do alto rigor e da disciplina dos trabalhadores que por sua vez promove intensificação do ritmo produtivo dentro do mesmo tempo de trabalho (Antunes, 2009).

Isso levou a um desemprego estrutural e por meio disto surgiram organismos multilaterais que visaram o interesse do capital, dentre estes está o Banco Mundial que teve forte influência em diretrizes na educação em um cenário de reestruturação do capital para se recuperar da crise sofrida além de recomendações para o “alívio da pobreza” (Nascimento e Silva, 2014; Leher, 1998).

Consoante a isto, surge o debate da profissionalização do ensino, pois permite aos jovens, sobretudo aqueles mais pobres, cursar ensino médio concomitante ao técnico, seja de forma posterior ou integrada. Esta proposta debatida é fundamentada em um viés empreendedor (Nascimento e Silva, 2014).

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CEARENSE: FUNDAMENTOS, ORGANIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS

Como já abordado, a política de Educação Estadual Profissional do Ceará inicia em 2008 com as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) num modelo de ensino médio integrado em tempo integral (CEARÁ, 2025). A política se justifica ao tentar se ajustar com as orientações do Governo Federal em harmonia com as ideias educacionais de organismos internacionais capitalistas (Nascimento e Silva, 2014). De forma detalhada, estas justificativas são:

a) na ineficiência do sistema de ensino médio geral, que não prepara o jovem nem para o ingresso no ensino superior, nem para atuarem no mundo do trabalho; b) no grande percentual de jovens desempregados que, sem qualificação, são inseridos do mercado de trabalho, geralmente de forma precária e no emprego informal; e c) a necessidade de construção de um projeto de superação da dualidade entre a formação específica e a formação geral, que valorize a pessoa humana e tenha como dimensões indissociáveis o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia (Nascimento e Silva, 2014).

Ainda conforme Nascimento e Silva (2014), a primeira justificativa foi retirada do documento da “Reforma da Educação Secundária: rumo à convergência entre a aquisição de conhecimento e o desenvolvimento de habilidade.”, a segunda foi retirada do documento “Ensino Médio e Educação Profissional: desafios da integração” e a terceira justificativa é retirada nos documentos da primeira justificativa e da Base do Ministério da Educação “Educação profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio”. Todos os documentos são de autoria da Organização das Nações Unidas (ONU), da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura), do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Banco Mundial (BM).

Desse modo, pode-se concluir que a influência de organismos internacionais capitalistas na implementação da educação profissionalizante do estado cearense se tomou como fundamento em atendimento à agenda neoliberal.

Segundo a Secretaria da Educação do Ceará (Seduc-CE), a educação profissional a nível médio integrado em tempo integral tem como iniciativa em não apenas formar técnicos na atuação de obras de grande desenvolvimento econômico do estado a partir do Projeto Estruturante⁵, mas também numa tentativa de melhoria de índices educacionais. Desta forma, a política educação profissional do Ceará viu a oportunidade de atingir dois objetivos que implicassem num cenário de desenvolvimento ao próprio estado.

Com base neste ideário capitalista neoliberal, este projeto de educação profissional teve como base as ideias fundamentadas no Modelo de Gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), elaborada a partir da experiência realizada no Estado de Pernambuco, que se baseia na Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO) (Nascimento e Silva, 2014; Xerez, Costa e Santos, 2017). Tal medida

se expressa nos planos e ações voltados para uma pedagogia de mercado com enfoque no empreendedorismo juvenil, cooperativismo, desenvolvimento de projetos e relações de trabalho – tudo bem articulado com as disseminações das propostas dos organismos internacionais que implementaram as reformas de Estado (Xerez, Costa e Santos, 2017, p. 215)

Por meio disso, as EEEPS se organizam com currículos que valorizam esse viés com uma carga horária de 5.400h/aula sendo 2.620h/aula em 13 disciplinas de base comum igual para todos os cursos técnicos. Já as cargas horárias dos cursos técnicos variam de 800, 1.000 e 1.200 dependendo da estrutura de cada um deles. Para os estágios, são 600h para o curso Técnico em Enfermagem e 400h para os demais cursos sendo esta carga horária acima do mínimo exigida por lei (Xerez, Costa e Santos, 2017).

Ademais, ainda conforme Xerez, Costa e Santos (2017), há atividades complementares focado no empreendedorismo juvenil correspondendo a 80h/aulas de temáticas práticas e vivências em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), para que o estudante se

⁵ Projeto Estruturante do Estado do Ceará seguiu as diretrizes nacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que busca um crescimento econômico do Brasil de forma acelerada e sustentada, com um grande investimento em infraestrutura, considerada por eles como um forte limitante no desenvolvimento do país. Os principais empreendimentos desse Projeto são: Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), Usina de Itataia, Cinturão Digital, Pólo de Saúde do Eusébio e a Transnordestina Ceará. (Nascimento e Silva, 2014)

apropriar bem desse conceito e comece a elaborar a possibilidade de ser um empreendedor, conforme determinam as premissas do projeto de formação da Seduc-CE.

Assim, as instituições de educação profissional cearenses objetivam a formação de discentes sob uma formação empreendedora, de tecnologia empresarial e gestora de modo que atendam as demandas do mercado.

Devido a isto, Freitas (2012) critica a estrutura desse tipo de educação profissional no Brasil que é exemplificada pelo caso do Ceará que se é dada por uma agenda de reformadores empresariais na educação no Brasil:

uma atividade econômica mais elevada e que passa a demandar um volume de mão de obra em algumas áreas, maior do que no passado, melhor infraestrutura (portos, estradas, aeroportos), mas o que interessa no caso da educação, mais diretamente, é a questão da mão de obra. Essa demanda por mão de obra aparece como um clamor pela melhoria da qualidade de ensino, mas isso tem que ser visto com cautela. Na realidade, quando os empresários falam de melhoria da qualidade do ensino o que está em jogo é melhorar a relação oferta-procura de mão de obra. Significa que se você tem pouca mão de obra para uma determinada área, ela custa mais caro; se você tem muita, barateia (Freitas, 2012, p. 8).

Neste intuito, a maior oferta de mão de obra visa então barateá-la o que levaria a sua desvalorização compactuando com o estigma historicamente construído para a formação profissional, relembrando Manfredi (2002) e Fonseca (1961). É nesta relação da lei da oferta e da demanda que o capitalismo neoliberal ganha mais força e molda a educação em busca de maior oferta de mão de obra sem ter que gastar muito por ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi debatido, a Educação Profissional, embora presente desde os tempos de colônia como instrução de trabalhos manuais e produtivo, foi demasiadamente incentivada como política pública no final do século XX para o atendimento de uma agenda neoliberal.

Além de atender interesses capitalistas, a EP enquanto modalidade presente na LDB e incentivada por programas de política pública como o Brasil Profissionalizado teve a oportunidade de suprimir, ou tentar suprimir, o problema da dualidade da educação brasileira, atendendo justamente demandas do mercado e trazendo melhorias sociais.

A realidade crítica do Brasil é a de que as classes sociais mais pobres têm por prioridade uma renda para atender as demandas de suas necessidades do que investir numa educação de qualidade crítica de formação humana integral. Assim, a EP se torna mais atrativa para como uma modalidade educacional mais

eficiente, trazendo retornos socioeconômicos, e isto incide justamente no viés de melhoria social.

Neste cenário, o Ceará se apresenta de forma destacada por seu grande investimento na EP. Os números das EEEPs vêm crescendo de forma significativa o que demonstra este cenário de destaque e investimento que também denota que o estado tem compromisso no atendimento das demandas de mercado.

Isto fica evidente quando a Educação Profissional cearense se fundamenta no Modelo de Gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE) além de promoção de atividades complementares focado no empreendedorismo juvenil ministrado pelo Sebrae. Desta forma, põe-se a modalidade educacional também com um viés de formação empreendedora além da de formação de mão de obra.

Isto decorre, pois a mão de obra que não é absorvida em postos de trabalhos é incentivada a empreender uma vez que formar um grande contingente de mão de obra tende, então, a barateá-la por sua grande oferta. Assim, fica evidente a influência neoliberal na EP tanto no Brasil como no Ceará na formação de mão de obra acrítica em grande quantidade para então barateá-la e os empresários gastarem cada vez menos na contratação desta mão de obra e aquela que não se absorve tem um incentivo de se tornar empreendedor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Antonio Idilvan de Lima. **A Política de Educação Profissional do Estado do Ceará na perspectiva da Responsabilidade Social**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de PósGraduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. f.110. 2015. Disponível em: <https://mestrado.caedufjf.net/a-politica-de-educacao-profissional-do-estado-do-ceara-na-perspectiva-da-responsabilidade-social/>. Acesso em 19 fev. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009. BOITO Jr., Armando. Hegemonia Neoliberal e sindicalismo no Brasil. Crítica Marxista, Vol. 1 nº 03, São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, atualizada até o Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018. Brasília, DF: Casa Civil, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em 11 ago. 2025.

CEARÁ. **Educação Profissional**: Conheça o trabalho a estrutura e os resultados das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará. Fortaleza: Seduc-CE, 2025. Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em 21 fev. 2025.

COLARES, Rita de Cassia Tavares. **Impactos atuais das escolas de educação profissional no Ceará**. 2015. 50 f. TCC (graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza/CE, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/35162>. Acesso em: 16 ago. 2025.

FONSECA, C. S. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FREITAS, L. C. Agenda dos reformadores empresariais pode destruir a educação pública no Brasil. **Revista Adusp**, São Paulo, p. 6-15, 2012. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/wp-content/uploads/2012/10/mat01.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola. 2008.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação do Banco Mundial para “alívio” da pobreza. 1998. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP. São Paulo, 1998.

LIMA, A. L. B. **Escolas estaduais de educação profissional - a experiência de ensino médio integrado à educação profissional no Ceará a partir de 2008**. 2014. 157f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Juiz de Fora (MG), 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/469>. Acesso em: 17 ago. 2025.

LIMA, E. R. S. de; SILVA, L. L. S.; AZEVEDO, M. A. de. **Gestão e avaliação das políticas públicas para educação profissional articulada ao ensino médio (2000-2010)**. Natal-RN: Memória Repositório Institucional do IFRN, 2015. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/879>. Acesso em: 14 ago. 2025.

LINDEMAIER CAVALHEIRO, Í.; CARON CAMBRAIA, A.; RODRIGUES, R. A. Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: A (Des)humanização do trabalhador na educação para o trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 01-16, 2025. DOI:

10.36524/profept.v8i3.2979. Disponível em:
<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/2979>.. Acesso em: 21 ago.
2025.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez,
2002.

MEDEIROS NETA, O. M.; LIMA, E. L. M. de; BARBOSA, J. K. da S. F.;
NASCIMENTO, F. de L. S. Organização e Estrutura da Educação Profissional no
Brasil: da Reforma Capanema às Leis de Equivalência. **HOLOS**, [S. l.], v. 4, p.
223–235, 2018. Disponível em:
<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6981>. Acesso
em: 23 fev. 2025.

NASCIMENTO, A. C. V. do. **As escolas estaduais de educação profissional no
Ceará: o empreendedorismo na educação formal?** Natal-RN: Memória
Repositório Institucional do IFRN, 2015. Disponível em:
<http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1232>. Acesso em: 14 ago. 2025.

NASCIMENTO, A. C. V. do; SILVA, F. A. S. Estado e educação profissional para
o ensino médio no Ceará. In: Encontro Cearense de História da Educação, 13.;
Encontro Nacional do Núcleo de História E Memória da Educação, 3.; Simpósio
Nacional de Estudos Culturais e Geoeducacionais – SINECGEO, 3., 25 a 27 set.
2014, Fortaleza (CE). **Anais...** Fortaleza (CE), 2014. p. 1281-1294.

SAVIANI, D. **Educação e Democracia**. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SILVA, C. R. M. da *et al.* Aprender para Empreender? Uma Análise do Potencial
e da Intenção Empreendedora de Estudantes da Educação Profissional no
Ceará. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 167–
193, 2021. DOI: [10.36524/profept.v4i3.506](https://doi.org/10.36524/profept.v4i3.506). Disponível em:
<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/506>.. Acesso em: 11 ago.
2025.

XEREZ, A. S. P.; COSTA, F. J. F.; SANTOS, J. D. G. dos. Educação profissional
integrada ao nível médio no Ceará: reformas e contradições. **Educ. Form.**, [S. l.],
v. 2, n. 4, p. 204–223, 2017. DOI: 10.25053/edufor.v2i4.2266. Disponível em:
<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/130>. Acesso em: 15
ago. 2025.